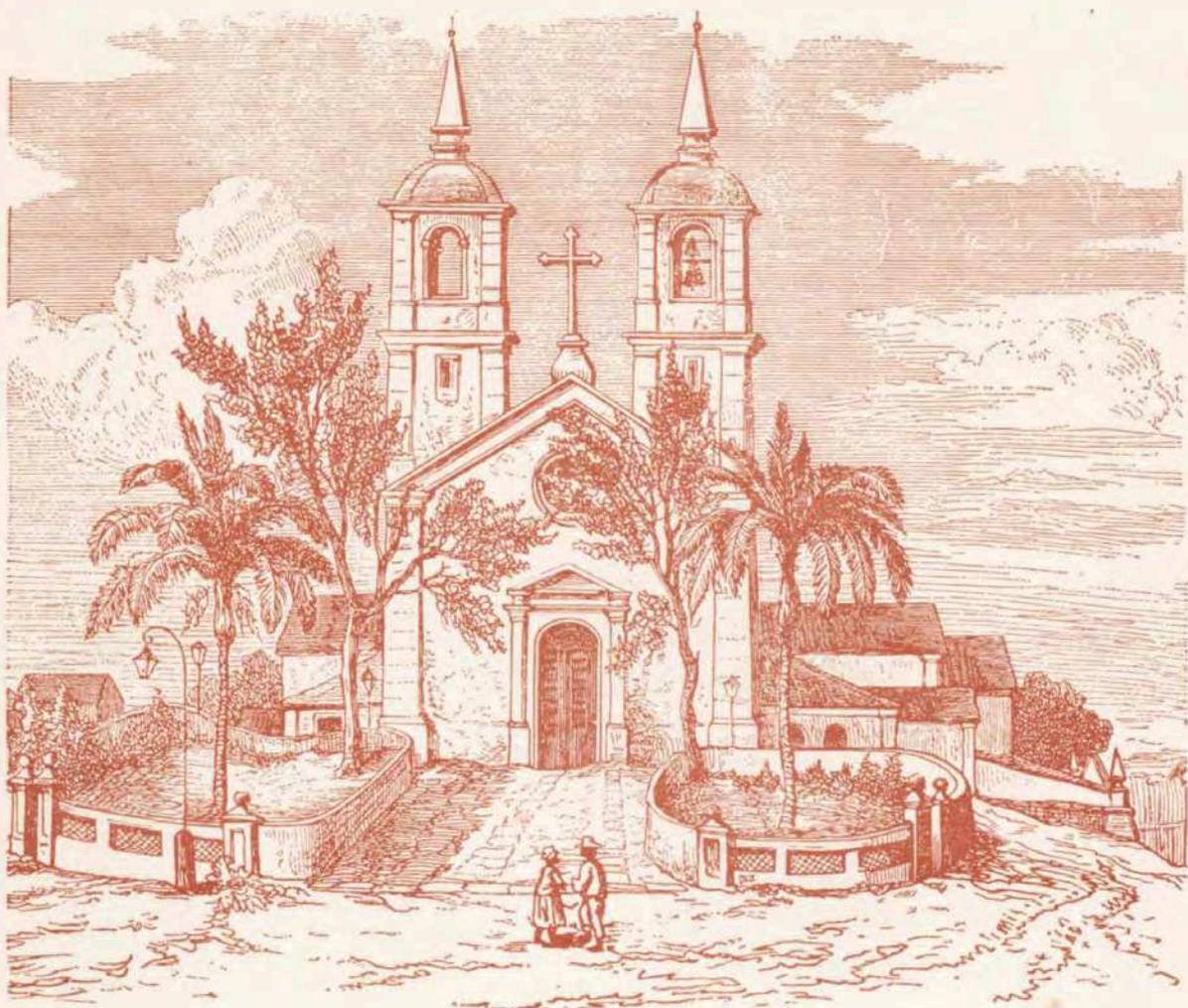


TAXA PAGA
AUTORIZAÇÃO Nº. 48
ECT - DR - SC.



Blumenau em cadernos

TOMO XIV ★ SETEMBRO DE 1973 ★ Nº. 9

CANTO DOS COOPERADORES

Esta publicação pode sobreviver graças
à generosa contribuição dos seguintes
cooperadores

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.

Tabacos Blumenau S/A.

Indústria Têxtil Companhia Hering

Artex S/A.

Dr. Henrique Hacker - Blumenau

José Sanches Júnior - São Paulo

Prefeitura Municipal de Blumenau

Companhia de Cigarros Souza^{ma}Cruz

Empresa Industrial Garcia S/A.

Arthur Fouquet - Blumenau

Tecelagem Kühnrich S/A.

Electro Aço Alto S/A.

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A.

Fundação Teófilo Zadrozny

Felix Hauer - Curitiba

Conrado Hildefonso Sauer - Rio de Janeiro

Fritz Kühnrich - Blumenau

Armem Mamigonian - Presidente Prudente S. P.

Companhia Industrial - Schlösser S/A.

Blumenau

em Ladernos

T O M O X I V

Setembro de 1973

Nº 9

REVIVENDO O IRMÃO JOAQUIM

(Uma reportagem atual sobre um vulto do passado)

Oswaldo Rodrigues Cabral

Quando recentemente estive na cidade do Salvador, participando do Congresso de História da Bahia, comemorativo do Sésquicentenário do 2 de Julho, tive a oportunidade de assistir à inauguração de uma exposição denominada «Cento e Cinquenta Anos de Pintura na Bahia», promovida pela Comissão encarregada das comemorações e festejos, envolvendo, ainda, o Museu de Arte Moderno e o Patrimônio Histórico e Artístico, ambos do Estado da Bahia, com a exponencial colaboração do capacitado mestre em história da arte Valentim Calderón, meu estimadíssimo amigo.

A exposição realizou-se no Unhão - casa que foi de Gabriel Soares, a quem Afrânio Peixoto chamou de «o primeiro grande escritor brasileiro» - e baiano» (apesar do nascimento na margem lusiada do Atlântico) por ter sido o autor do Tratado descritivo do Brasil, nos idos de 1587.

O nome da construção, todavia, não lhe ficou do escritor, mas do seu posterior proprietário, o desembargador da Relação local, Pedro Unhão de Castelo Branco, lá pelos começos do Século XVII. Foi depois, pela segunda metade de dita centúria, propriedade de José Pires de Carvalho, da Casa da torre - e, mais tarde, fábrica de rapé, tão do gosto - e, mais do que êle da necessidade - dos nossos maiores, que buscavam na areia preta com que atulhavam as narinas mascarar a fortidão, a essência e a frequência dos odores de que foi poluído todo o século, passado, com a fragância que se evolava das praias e dos fundos dos baldios - «à Sombra das bananeiras, debaixo dos laranjais» - onde se faziam os despejos. A higiene dêste século, o saneamento das práias, o aproveitamento dos baldios determinaram a perda do costume, tornado desnecessário e inútil - além de sujo e a falência das fábricas do produto.

«A casa da fazenda» - refere-se Afrânio Peixoto ao Unhão - «munida de armazens senzalas, cais para embarque e desembarque de matéria prima e mercadorias, dizem, servira outróra ao tráfico africano. Uma bela igreja, já existente em 1757, sob a invocação de N^a. Sr^a da Conceição, é hoje secularizada»

O velho solar foi transformado em trapiche e depósito de inflamáveis (e lá ainda se acham os trilhos para os vagonetes, conservados no empedramento das vias de acesso), além de ter sido engenho de beneficiar arroz. E foi refúgio, ainda, depondo a palavra do mestre Afrânio, da conjuração de 1798 e da Sabinada, quarenta anos depois.

Concluí o escritor ilustre, no seu Breviário da Bahia, onde fui buscar estas notas e estes apontes, que «o Unhão está à procura de um destino. Se eu fosse Prefeito da Bahia, estabeleceria aí a Casa de Gabriel Soares, onde reuniria um museu colonial, de quanto pudesse reunir, elucidativo de uma época única na História do Brasil, em que nós fomos, os baianos, não somente primeiros, em nosso país, como, muitas vezes, os únicos» (1).

Ora, o que não fez o Prefeito de Salvador - pois creio que não lhe coube executar a restauração - fez o Patrimônio Histórico da Bahia, que, a escudar-lhe as iniciativas de resguardar e restaurar o que marca uma época e represente um legítimo patrimônio cultural, tem a substância imprescindível do Royalty do petróleo extraído das suas jazidas litorâneas.

Assim, deu destino ao Unhão, fez dele o recinto de exposições de arte. O grande bloco da construção foi reparado - tres pisos, com escadaria interna, o pátio, os galpões - tudo, enfim - e foi lá justamente onde assisti a abertura da mostra dos cento e cinquenta anos de pintura baiana, numa noite incrivelmente quente e estrelada, apesar de já havermos entrado em julho...

Pois, apreciando com vagar e interesse os quadros expostos, todos pertencentes a particulares - entidades diversas, sociedades, casas de ricos e brazonados descendentes de estadistas do Império, ordens eclesiásticas e, mesmo alguns retirados das paredes de Palácios e repartições públicas - de repente fui surpreendido com o original de um quadro meu conhecido já, através de cópia aqui existente na Sala do Consistório da venerável Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade da nossa cidade de Florianópolis: - o retrato em corpo inteiro do Irmão Joaquim - Joaquim Francisco do Livramento - nosso conterrâneo, filho de Tomás Francisco da Costa, tronco da mais numerosa descendência que, diluída hoje nos mais diversos apelidos, nestes duzentos e tantos anos, se espalhou pela nossa terra - o Vicente de Paula brasileiro, na qualificação honesta que lhe outorgou o mestre saudoso que foi Henrique Fontes - o homem que, abrasado pelo amor de Deus e do próximo, renunciou a legítima paterna, os bens de fortuna, o convívio familiar e se fez mendigo, pedindo e implorando, implorando e pedindo

recolhendo todas as esmolas que lhe davam, do Rei (a quem foi pedir, em Portugal) ao sitiante da beira dos caminhos que percorria - e com elas fundou o Hospital do Desterro, a Casa de Orfãos da Bahia, a Santa Casa de Misericórdia de Porto-Alegre, a Casa Pia de Jacuecanga, o Seminário de Itú e o Seminário de Sant'Ana, de S. Paulo - a maioria delas ainda de pé, miraculosamente defendidas e conservadas pela Providência, algumas com o nome original, ainda, outras já transformadas pela evolução dos tempos.

Não quero repisar os fatos da vida edificante e exemplaríssima do santo co-estadoano - que já o fez com devido carinho e com amorosa solicitude meu mestre Henrique Fontes (2).

Mesmo porque foi nas páginas desse livro interessantíssimo que eu vim a saber da existência do retrato do Irmão Joaquim na Bahia.

«Na Casa pia dos Órfãos ficou, entretanto, um retrato a óleo do Irmão Joaquim, em corpo inteiro e tamanho natural, pintado sem a sua aquiescência. Há dele uma cópia no Hospital do Senhor Jesus dos Passos em Florianópolis e outra na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre»... (3).

A cópia aqui existente, um tanto injuriada pelo tempo, já me era conhecida - mas jamais havia pensado poder um dia encontrar-me de frente com o original. Assim, grande foi a minha surpresa ao reconhecer o conterrâneo ilustríssimo no retrato exposto, mostra de exemplar magnífico - que o é - da pintura baiana do século passado.

É óbvio que não me limitei à contemplação do quadro - mas procurei anotar e indagar o que de interessante pudesse ele proporcionar à minha curiosidade, não bastando ao meu entusiasmo a figura imponente e o colorido notável que chamava a atenção não apenas do catarinense presente mas a de todo um numeroso concurso de estudiosos historiadores e artistas que haviam acorrido ao ato inaugural, sendo, além de tudo, uma das maiores telas ali expostas.

O irmão Joaquim foi pintado por José Teófilo de Jesus, cuja crônica relata ter vivido entre 1758 e 1847 - e que Valentim Calderón afirma ter sido uma das «duas figuras extraordinárias, com tendências e estilos diferentes, que dominaram o cenário da pintura na Bahia»; José Teófilo de Jesus e Antônio Joaquim Franco Velasco, discípulos de José Joaquim da Rocha, «mestre cujas preocupações oscilavam entre o iluminismo arquitetônico dos grandes forros das igrejas de N^a. Sr^a da Conceição da Praia e São Domingos».

José Teófilo era «bem dotado, seguro no desenho de figuras, embora pouco feliz na perspectiva» e, para Calderón, «parece ter sido o discípulo predileto de Rocha», que o enviou a Portugal, em época incerta», ali se deixando influenciar pelo estilo de Predo Alexandrino de Carvalho. «O temperamento artístico de José Teófilo de Jesus já estava

definido e 1793» - continua Calderón, de quem extráio estas notas, «mas não foi insensível aos câmbios de gosto e, embora não tivesse o gênio precursor do seu colega Franco Velasco, com o transcurso do tempo sua pintura fez-se modificando, fazendo-se, por vezes, mais rica em detalhe, mais larga na pincelada, mais fiel à realidade». (4).

Quando pintou o retrato do Irmão Joaquim não sei dizê-lo, nem Fontes, cujo conhecimento de existência desse quadro original, embora jamais o tivesse visto, está devidamente registrado, e até relate como foi ele executado:

«A origem desse retrato é narrada na seguinte notícia que foi publicada em A FÉ, órgão da Associação Irmão Joaquim, de Florianópolis, a 20 de março de 1906, em edição comemorativa do centésimo quadragésimo quinto aniversário do nascimento do Patrono. A notícia é datada do Rio de Janeiro, em 20 de fevereiro de 1906, e subscrita com as iniciais R. J. Ei-la, na íntegra: - Sendo o Irmão Joaquim um homem despedido de todas as vaidades mundanas, e não existindo ao tempo em que viveu a fotografia, que lhe pudesse surpreender as feições, como apareceu o retrato que pende de uma das paredes do nosso Hospital da Santa Casa de Misericórdia anexo à Capela do Senhor Bom Jesus dos Passos, eracta na Cidade do Destêrro, hoje Florianópolis, Capital do Estado.

Conta-se na Cidade do Salvador da Bahia - e a mim mo referiu um homem da maior respeitabilidade, veterano da guerra do Paraguai e alto dignitário do Orfanato fundado pelo dito Irmão Joaquim que, tendo havido uma reunião da Mesa desse instituto, a fim de tratar de seus interesses, para assistir a ela foi convidado um pintor local que deveria ser encarregado de fazer o retrato do venerando ancião.

Preenchida a sessão com os assuntos que constituíam o seu objeto, tomou a palavra pessoa graduada na administração e ponderou a necessidade que tinha a casa de possuir o retrato do seu fundador, o que propunha.

Esta proposta foi unanimemente aceita; mas, pedida vênua ao Irmão Joaquim para se deixar retratar, mostrou-se ele extraordinariamente zangado, declarando que, por coisa alguma se prestaria a um ato de requintava vaidade. E, levantando-se bruscamente, saiu da sala.

Excusado é dizer que a proposta ficou por isso mesmo, dando-se por finda a sessão sem nada resolver-se, porque ao irmão Joaquim ninguém havia que ousasse contrariar.

Entretanto, o pintor que estivera presente, não perdera o seu tempo e, enquanto se debatiam os assuntos do interesse do orfanato, ia ele esbaçando na unha do polegar esquerdo o retrato do piedoso cidadão e, apenas chegado a casa, passou esse esbôço para o papel, que guardou com outros desenhos seus.

Correram os tempos e, falecido o Irmão Joaquim, levantou-se fulgurante a gratidão dos baianos. Procuraram o pintor e indagaram dele se era capaz de fazer o malogrado retrato... O homem acorreu à sua coleção de desenhos e, encontrado o que procurava, dele nasceu o belo retrato do Irmão Joaquim, que guarnece o salão nobre do Orfanato de São Joaquim, da Bahia (o retrato exposto, que tive a ventura de contemplar)

A administração da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos e Hospital anexo da Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Destêrro, hoje Florianópolis, conhecendo da existência desse retrato, e querendo igualmente solver a sua dívida de gratidão, encomendou para a Bahia uma cópia desse retrato, que é a que se vê na sala principal do mesmo Hospital» (5)

Desta forma, temos uma primeira indicação: o retrato pintado por José Teófilo de Jesus data de tempo posterior à morte do Irmão Joaquim - e, como este faleceu em 1829, em Marselha, quando, doente, regressava à Pátria, contando então 68 anos de idade, só pode a sua execução ter sido depois da referida era.

Fontes ainda nos presta uma interessante informação a respeito dos retratos:

«As cópias do retrato existentes em Florianópolis e em Porto Alegre apresentam diferenças no fundo: na de Florianópolis, a Casa dos Órfãos que figura no original, foi substituída pelo Hospital do Senhor Jesus dos Passos e sua Capela do Menino Deus; na de Porto Alegre, o fundo é céu e morro, suprimidos também os dois meninos que aparecem no original e na cópia catarinense» (6).

Desejo, da minha parte, fazer um pequeno comentário que não me lembro de ter visto publicado em tempo algum: - pouco se sabe a respeito das circunstâncias em que, longe da pátria, faleceu o Irmão Joaquim, naquele porto francês do Mediterrâneo. Anos passados, o nosso saudoso genealogista Antônio Taulois de Mesquita contou-me que buscara, pessoalmente, em Marselha, encontrar qualquer informação, qualquer notícia da morte, ainda que fosse um simples registro do óbito. Todos sabem que Taulois de Mesquita dedicou especial carinho ao trabalho da sua especialidade que focalizava a Família Costa, a de Tomás Francisco da Costa, à qual pertencia o venerável catarinense. Foi em pura perda o trabalho. Nada encontrou. Joaquim Francisco do Livramento morrera como havia talvez desejado - esquecido dos homens, lembrado apenas de Deus, a Quem buscara servir, amando e servindo desinteressadamente às suas criaturas.

II

Uma vez que a imagem do Irmão Joaquim, devida ao pincel de um dos mestres da pintura baiana do século passado - José Teófilo de Jesus - me permitiu escrever as linhas acima - e eu só deploro tê-las podido fazer tão tardiamente, pois imagino a alegria que elas teriam

proporcionado ao cuidadoso biógrafo que o fez renascer na lembrança da nossa gente quero confessar que neste mesmo ano já havia eu encontrado uma interessantíssima referência ao benemérito fundador do nosso Hospital e que suponho que o saudoso mestre Henrique Fontes não tivesse conhecido, pois não a teria omitido no seu trabalho, ou se a conhecia, a memória o teria traído, num destes lapsos inexplicáveis que acontecem mesmo aos mais cuidadosos memorialistas. Nunca, em seus trabalhos, li a referência em questão - e não me recordo de que, algum dia, tivesse feito a ela menção, em conversa ou citação.

Vem ela nas Memórias da Rua do Ouvidor, de Joaquim Manoel de Macedo, que cognominava o Irmão Joaquim de São Francisco de Assis brasileiro (no que se viu repetido, depois, pelo historiador Almirante Henrique Boiteux), enquanto Fontes se apegava ao cuidado do seu biografado pelas crianças órfãs, para, com outros panegiristas, chamá-lo de São Vicente de Paula brasileiro.

Conta Macedo, nas aludidas Memórias, falando, a certa altura, das recomendações feitas a respeito de suposta (ou real...) espionagem francesa em nosso país:

«Certo é que no Brasil houve recomendações insensatas contra a sonhada espionagem francesa, e a melhor prova disso está no seguinte fato passado com o celebre irmão Joaquim, o S. Francisco de Assis brasileiro.

O irmão Joaquim, que a pedir esmolas já tinha fundado importante hospital em Santa Catarina, e grande seminário dos órfãos pobres na Bahia, andava esmolando pelas capitânicas do Rio de Janeiro e de São Paulo para fundar instituições semelhantes à que deixara na Bahia para socorro dos órfãos e meninos desvalidos.

Tendo feito boa colheita de esmolas em S. Paulo, achava-se um dia o irmão Joaquim à beira da estrada em sitio deserto dessa capitania, descansando sentado a sombra de frondosa árvore, e de lápis e papel nas mãos traçava, improvisado arquiteto, grosseiro desenho de seminário, que ia, em breve, criar, quando alguns soldados, e caipiras que passavam, foram a ele, julgaram-no suspeito, reputaram o desenho do seminário talvez plano de marcha de algum exército invasor em riscos topográficos, e em suma, prenderam e amarrado conduziram para o Rio de Janeiro o venerando irmão Joaquim, como espião e agente de Bonaparte!...

No Rio de Janeiro, Paulo Fernandes, o intendente geral da polícia, ou ficou surpreendido, ou nadou em alegria ao anunciarem-lhe a prisão e chegada do espião francês, e ordenando logo, que lho apresentassem, ao ver entrar na sala o esperado criminoso, saltou da cadeira, exclamando:

- O irmão Joaquim!...

E, com suas mãos ajudou a desatar as cordas que arrojavam os pulsos da inocente vítima, e, sem perder tempo em interrogatórios inúteis, chamou a esposa e a família, e entregou aos seus cuidados amigos, aos bons ofícios da veneração mais justificada, o martir do erro mais grosseiro, o irmão Joaquim, o homem santo, o S. Francisco de Assis brasileiro (7).

Deve ter sido o episódio acima contado que inspirou escritor contemporâneo a escrever - «O Espião Alemão» - deliciando os leitores com as peripécias havidas com um estrangeiro - francês, inglês ou americano - já nem me lembro bem, prêso no interior de S. Paulo, movimentado o Tiro de Guerra local, com despedidas, lágrimas e outras passagens, para ir levar o perigoso personagem à Capital - onde, verificado o «engano», foi solto, regressando o Tiro de Guerra à sua terra, coberto de glórias, repleto de louros e recebido com ruidosas e pertinentes manifestações, cumprida a arriscada tarefa de escoltar, por invios caminhos, o «espião»...

O que conta Joaquim Manoel de Macedo foi também registrado, anteriormente, por outros escritores, só que por ter sido narrado com inexatidões, mesmo tendo suspeitado tratar-se de quem se tratava, não quisemos identificar como sendo o nosso santo conterrâneo.

Melo Barreto Filho e Hermeto Lima, na sua História da Polícia do Rio de Janeiro (8) retratam o mesmo episódio contado por Macedo, que certamente lhes serviu de fonte informativa:

«Um virtuoso jesuita (o grifo é meu) conhecido na cidade por irmão Joaquim, foi detido quando sentado calmamente em um barranco, traçava a lápis uma planta. . .

Levado à presença de Paulo Viana, êste o reconheceu e, beijando-lhe as mãos, ordenou que o soltassem. A planta era de um recolhimento que o caridoso padre (sic) pretendia levantar à pobreza).

Com tal descrição não seria possível identificar o nosso virtuoso e caridoso desterrense - pois não era jesuita, nem mesmo padre. Todavia, quando o caso foi narrado por Macedo, com a maior exatidão a respeito do santo homem, a dúvida se tornou uma inabalável certeza, cessando por completo.

Era o mesmo fato, o mesmo personagem, as mesmas circunstâncias - apenas mascaradas por um hábito que o pobre de Deus jamais se julgou digno de vestir.

Aqui ficam estas achegas à biografia do Irmão Joaquim - benemérito e caridoso catarinense - que honrou o seu nome, que dignificou a sua stirpe.

Florianópolis, agosto de 1973

NOTAS:

- (1) - PEIXOTO - Afrânio - Breviário da Bahia - pag. 59
- (2) - FONTES - Henrique da Silva - O Irmão Joaquim, o Vicente de Paula Brasileiro
- (3) - FONTES - Henrique da Silva - Op. cit. pag. 136
- (4) - CALDERÓN - Valentim - Cento e cinquenta anos de pintura baiana
- (5) - FONTES - Henrique da Silva - Op. cit. págs. 142/143
- (6) - FONTES - Henrique da Silva - Op. cit. pag. 142
- (7) - MACEDO - Joaquim Manoel de - Memórias da Rua do Ouvidor - pag. 103
- (8) - BARRETO FILHO (Melo) e LIMA - Hermeto - História da Polícia do Rio de Janeiro, Vol. I (1565-1831) - pag. 190.

A PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA EM 1828

Continuação da página nº. 160

Relação dos cirurgiões, boticas e seus proprietários existentes na Província de Santa Catarina no ano de 1829.

Cirurgiões moradores no termo da cidade:

Desterro:

José Antônio de Lima, João Marcos da Costa, Felizardo de Carvalho Cunha e Silva, Paulo Rodrigues Pereira e Francisco Caetano da Silva (5)

São José da Terra Firme:

Amaro João Pinto (1)

São Miguel:

Joaquim da Silva Ramalho e João da Silva Ramalho (2)

Bom Jesus dos Aflitos:

Paulo Marques Matoso (1)

Armação da Lagoínha: Tomás Cabral (1)

Enseada do Brito: José Joaquim Varela (1)

Laguna: Manoel Joaquim da Costa, Felizardo Justiniano de Barros e Alvarenga.

S. Francisco: Manoel Antônio Bueno (1)

Itapocoroia: Luiz Rodrigues Pereira (1)

Ao todo 15 cirurgiões.

Relação das boticas existentes na Província: 4 na cidade de Desterro, de Joaquim Caetano da Silva, Francisco de Paula Lacé e Souza, Jacinto José Pereira e Estanislau Antônio da Conceição. 2 na Laguna: Joaquim Pinto da Silva e Manoel José Machado da Costa. Uma em São Francisco: Manoel Antônio Bueno.

Não havia médico algum na Província.

Os presentes dados foram colhidos num officio datado de 15 de dezembro de 1829, assinado pelo presidente da Província Francisco de Albuquerque Mello.

- 10) «São Bento» - de Pedro Sá Ribas Nhônô, ao sul o arroio Traz da Serra, a leste com o rio São Bento, lindeiro entre a fazenda e a gleba «15 de Novembro», da EFSPRG.
- 11) «Cruz Alta» - de Raimundo Mendes de Almeida e outros, tendo ao norte a fazenda «Campo Alto», de Raimundo Mendes de Almeida e outros, a leste a fazenda «São Bento», de Antonio Fernandes dos Santos, e a oeste as fazendas «Roseira», «Alegrete» e «Marrecas».
- 12) «Roseira» - de Manoel Inacio de Araujo Pimpão, tendo ao norte o rio Chapecó, ao oeste, sul e leste o lageado da Roseira, servindo de extrema com as fazendas «Campo Alto», «Cruz Alta» e «Alegrete».
- 13) «Alegrete» - de Maria Isabel Belem de Almeida, tendo ao norte o rio Chapecó, ao leste os lageados dos Veados e Roseira, servindo de extrema com as fazendas «Cruz Alta» e «Roseira», ao sul e oeste o arroio Capivaras e o rio Chapecósinho, servindo de extremos com a fazenda «Marrecas», e a oeste o arroio Capivaras, extrema da fazenda «Campo do Carrão», de João Antonio de Araujo Pimpão.
- 14) «Campo do Carrão» - de João Antonio de Araujo Pimpão, a leste com o arroio Capivaras e o arroio Marrecas, extremando com as fazendas «Alegrete» e «Marrecas», ao sul com o arroio do Fachinal, e a oeste e norte com o rio Chapecó.
- 15) «Marrecas» - de Lucio Iria (?) de Araujo Gavião, ao leste com o arroio Tupitinga, extremando com a fazenda «Cruz Alta», ao sul com o rio Chapecósinho, arroio Limeira e daí em linha reta até encontrar o rio do Mato ao sul, extremando-se assim com a fazenda «Santo Antonio e São Francisco».
- 16) «Tigre e Amparo» - de Antonio Maciel, tendo ao norte o lageado Capão e o rio Chapecó, ao sul o rio Chapecósinho, extremando aí e a oeste com a fazenda «St^o. Antonio e São Francisco».
- 17) «St^o. Antonio e São Francisco» - de Anna Ferreira de Jesus, tendo ao norte o rio Chapecó, servindo de extrema com as fazendas «Tigre e Amparo» e «Norte», a oeste com a fazenda «Norte» e ao sul, pelo rio do Mato e rio Chapecósinho, com a fazenda «Ressaca».
- 18) «Norte» - de Rufino Ribas, tendo como limite a leste o rio Aguapeí e rio Chapecó, extremando com as fazendas «Tigre e Amparo» e «Santo Antonio e São Francisco», ao norte a fazenda «Estancia Nova» e a oeste, pelo rio Chapecó, a fazenda «Quiquay».
- 19) «Ressaca» - de Zeferino Bueno, ao norte pelo rio do Mato e rio Chapecósinho, extremando com as fazendas

«St^o. Antonio e São Francisco» e «Norte».

- 20) «Estancia Nova» - de Firminio Teix. Baptista Vivida, a leste com o lageado da Bandeira, extremado com a fazenda «Norte», a oeste com as fazendas «Caldeiras» e «Quequay».
- 21) «Quequay» - de Francisco Oliv. Sá Ribas, extremado, ao norte, pelo arroio do Cedro, com a fazenda «Caldeiras», a leste pelo lageado da Divisa ou Quequay, com a fazenda «Estancia Nova», ao sul com o rio Chapecó extremado com a fazenda «Norte» e a oeste pelo lageado Santa Rosa.
- 22) «Caldeiras» - de Luiz Lustosa Souza Menezes, extremado ao norte pelo lageado Grande e arroio da Divisa com a fazenda «Salto», a leste pelo lageado Grande com a fazenda «Estancia Nova», ao sul pelo lageado do Cedro com as fazendas «Estancia Nova» e «Quequay», e a oeste pelo rio Caldeiras.
- 23) «Salto» - de Margarida de Jesus, extremado ao norte e a oeste pelo rio Chopim, ao sul pelo arroio da Divisa com a fazenda «Caldeiras», e a oeste pelo lageado Caldeiras com a fazenda «Sant'Ana».
- 24) «Sant'Ana» - de Ana Ferreira de Jesus, extremado ao norte pelo rio Chopim, a leste pelo lageado Caldeiras com a fazenda «Salto», ao sul com as fazendas «Caldeiras» e «Cruzeiro», e a oeste com a fazenda «Cruzeiro».
- 25) «Cruzeiro» - de Antonio Joaquim do Amaral Luz e outros, extremado ao norte com o rio Chopim, a leste com a fazenda «Sant'Ana», e a oeste pelo ribeirão das Capivaras com a fazenda «Chopim».
- 26) «Chopim» - de Gertrudes Maria de Siqueira, extremado ao norte com o rio Chopim, a leste pelo ribeirão das Lontras com a fazenda «Cruzeiro», e a oeste com a fazenda «Santa Cruz».
- 27) «Santa Cruz» - de Joaquim Ferreira Mendes Pacheco, extremado ao norte com o rio Chopim, a leste com a fazenda «Chopim», e a oeste com a fazenda «Trindade».
- 28) «Trindade» - de Maria do Pilar Bello, extremado ao norte com o rio Chopim, a leste com a fazenda «Santa Cruz», ao sul pelo arroio do Banho, e a oeste, pelo arroio do Banho, com a fazenda «Tunas».
- 29) «Tunas» - de Estevão Ribeiro do Nascimento, extremado ao norte com o rio Chopim, a leste pelo arroio do Banho com a fazenda «Trindade», ao sul com o arroio do rancho e a oeste pelo arroio do Moraes com a «Invernada dos Moraes».
- 30) «Invernada dos Moraes» - de Antonio de Faria e outros, extremado ao norte com o rio Chopim, a leste pelo arroio dos Moraes

com a fazenda «Tunas», ao sul com as fazendas «Tres Capões» e «Conceição» e a oeste com o rio São Francisco.

- 31) «Tres Capões» - de Estevão Ribeiro do Nascimento, extremado ao norte, pelo arroio da Divisa, com as fazendas «Tunas» e «Invernada dos Moraes», ao sul com a fazenda «Rondinha» e a oeste com a fazenda «Conceição»
- 32) «Conceição» - de Gertrudes da Silva Ribas, extremado ao norte pelo arroio do Rancho com a fazenda «Invernada dos Moraes», ao leste e ao sul com a fazenda «Tres Capões», e a oeste pelo arroio das Capoeiras.
- 33) «Santa Tecla» - de Firmino Martins dos Santos, extremado ao leste com o lageado Raso, ao sul com o rio Chapecó e a oeste pelo arroio São Domingos com a fazenda «São Domingos».
- 34) «Rondinha» - de Antonio de Faria, extremado ao norte com o arroio da Rondinha e a leste pelo mesmo arroio com a fazenda «Tres Capões» ao sul com as fazendas «Santa Tecla» e a de João Laurindo, e a oeste pelo lageado do Meio com a fazenda «Rondinha», de João Vaz de Oliveira.
- 35) «Rondinha» - de João Vaz de Oliveira, extremado ao norte com o arroio Rondinha, ao leste pelo lageado do Meio, com a fazenda «Rondinha», de Antonio de Faria, ao sul com a fazenda de João Laurindo e a oeste com o arroio do Leão.
- 36) «João Laurindo» - de João Laurindo, extremado ao norte com as duas fazendas «Rondinha», a leste com a fazenda «Santa Tecla», ao sul com a fazenda «São Domingos».
- 37) «São Domingos» - do Tenente Coronel João Carneiro Marcondes, extremado a leste pelo arroio São Domingos com a fazenda «Santa Tecla» e ao leste e ao sul com o rio Chapecó, a oeste com o rio Saudade e pelo ribeirão do Martinho com as fazendas «São Miguel» e «Boa Vista».
- 38) «Saudade» - de Elias Ferreira Pacheco, extremado a leste e ao sul com a fazenda «Saudadinha», e a oeste com a fazenda «Feliciano».
- 39) «Feliciano» - de Authero Ferreira Pinto, extremado ao norte e a leste com a fazenda «Saudade», e ao sul com o arroio Monjolo.
- 40) «Saudadinha» - de Pedro Ferreira Bello, extremado ao norte com a fazenda «Saudade», a leste com a fazenda «Boa Vista», pelo ribeirão Saudadinha ao sul com a fazenda «São Miguel», e a oeste com a fazenda «Galvão», pelo rio Saudade.

- 41) «Boa Vista» - de Luiz Lustosa de Souza Menezes, extremando a leste com a fazenda «São Domingos», ao sul com a fazenda «São Miguel», e a oeste com a fazenda «São Miguel» e «Saudadinha».
- 42) «São Miguel» - de Francisco de Assis Araújo Pimpão, extremando ao norte com as fazendas «Saudadinha» e «Boa Vista», e a leste com a fazenda «São Domingos», e a oeste com o rio Saudade.
- 43) «Galvão» - de Sansão Antonio Carneiro, extremando a leste pelo rio Saudade com as fazendas «Saudadinha» e «São Miguel».
- 44) «Primavera» - de José Antonio de Lara, extremando ao norte e a leste com o rio do Peixe, ao sul com a fazenda «Rio do Peixe», e a oeste, em parte pelo arroio Cafundó, com a fazenda «Campo Grande».
- 45) «Rio do Peixe» - de Francisco Ferreira da Silva e outro, extremando ao norte com a fazenda «Primavera» e ao sul com a fazenda (2ª) «Rio do Peixe», de João Ferreira da Silva.
- 46) «Rio do Peixe» - de João Ferreira da Silva, extremando ao norte com a fazenda (1ª) «Rio do Peixe», de Francisco Ferreira da Silva e outro, a leste com o Rio do Peixe.
- 47) «Campo Grande» - de herdeiros do Barão da Limeira, limitando-se ao leste pelo arroio Cafundó, com a fazenda «Primavera», ao sul pelo mesmo arroio do Pinheirinho com a fazenda «Sargento» e ao norte com as fazendas «Sargento» e «Primavera».
- 48) «Sargento» - de herdeiros do Barão da Limeira, extremando a leste pelo arroio do Pinheirinho com a fazenda «Campo Grande», ao sul com o rio Pirapora, ao oeste pelo lageado Grande com a fazenda «Araçá» e ao norte pelo arroio Sargento.
- 49) «Araçá» - de João Antunes de Lara, extremando ao norte com o rio Capetinga, a leste com o lageado Grande, e ao sul pelo mesmo lageado Grande com a fazenda «Sargento», e a oeste pelo lageado Araçá com a fazenda «Campo São Vicente».
- 50) «Campo São Vicente» - Ladislao Ferreira, extremando ao norte pelo rio Capetinga com a fazenda «São Vicente do Palma Sola», a leste pelo lageado Araçá com a fazenda «Araçá», ao sul com o lageado Araçá, e a oeste pelo rio Capetinga com a fazenda «São Vicente do Palma Sola».
- 51) «Rincão do Capetinga» - de Maria Antunes de Lara, extremando ao sul pelo rio Capetinga com as fazendas «Araçá» e «Campo São Vicente» e a oeste com a fazenda «São Vicente do Palma Sola», pelo lageado Palma-Sola e arroio Pociños.

52) "São Vicente do - de Antonio Antunes de Lara, extremando a leste com Palma Sola" - as fazendas "Rincão do Capetinga", e "Campo São Vicente", ao sul o rio Capetinga, a oeste, pelo lageado Grande, com a fazenda "Conceição".

Ao analisar este elenco para um estudo de história agrária resalta, desde logo, a importância das fontes cartográficas, que deverão, a seu tempo, ser cotejadas com elementos de real valia, existentes em repartições governamentais (federais e estaduais) e cartórios de registros de imóveis, bem como arquivos de juizados de direito, para conhecimento dos inventários e testamentos e, assim, serem conhecidas as várias situações do uso da terra.

O mapa, em referencia, relaciona-se com o levantamento de propriedades existentes na área litigiosa, e, portanto, possível de ser partilhada, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina.

Tal asserção é feita porquanto, na ata final de descrição da linha demarcatória de limites, se enumeram várias destas propriedades, dizendo-se da fixação de marcos em seus territórios.

A análise dos trabalhos demarcatórios, constantes do elucidativo "Relatório", do então Cel. Albuquerque Souza, e a sua correlação com os elementos cartográficos, ora referidos, nos colocam diante de um valioso testemunho histórico que, basicamente, dará ensejo a que se perquiram as origens de cada uma das propriedades mapeadas, seja nos arquivos regionais ou nacionais.

Tem-se, desta forma, inquestionável fundamento para a história regional da sua ocupação e dos fatores do seu povoamento.

Esta é, portanto, uma página da nossa História que deve ser escrita, antes que se percam valiosos elementos.

A análise de um mapa na escala de 1:350.000, organizado pelos Comissários Wenceslau Breves e Carlos O. Seara, do 8º Distrito do Comissariado Geral de Terras, do Estado de Santa Catarina, apresenta a divisão daquelas áreas a oeste do rio do Peixe incorporadas ao território catarinense, já então incluídas nos municípios de Cruzeiro (mais tarde denominado Joaçaba) e Chapecó, com a sua divisão em fazendas e grandes concessões de terras, bem como assinalando a demarcação de limites, com os vários tipos de marcos, a partir de Porto União até a divisa com a República Argentina.

Deve-se, entretanto, para validação dos dados históricos fazer umas observações quanto ao seu conteúdo a fim de se precisar, pelo menos, a data da sua impressão.

Pela situação da sede Municipal de Chapecó em "Passo Bormann", tem-se a elaboração deste mapa entre 14 de novembro de 1917 -

data de instalação da sede do município de Chapecó - e 5 de setembro de 1919 - data da transferência da sede do município para Xanxerê - e acrescenta-se mais que estando, no aludido mapa, assinalado Xanxerê como vila e tendo sido instalado o distrito de Xanxerê somente a 27 de janeiro de 1918 restringe-se mais o período de confecção de tal mapa.

Entretanto, uma outra peculiaridade pode restringir ainda mais a fixação da data de sua elaboração: a sede do município de Cruzeiro na povoação de Catanduvas com o nome de «Cruzeiro» se efetiva em função de lei estadual de 20 de agosto de 1919.

Tem-se, assim, tal mapa impresso entre agosto e setembro de 1919, o que lhe dá uma bem maior importância como documento histórico regional.

A propósito da ocupação do território pela «frente pioneira» do século XX, que avança rumo ao norte, oriunda do Rio Grande do Sul, encaminhada através de procedimentos colonizadores diversos, devem ser enfocados dentro de algumas novas perspectivas:

1) até que ponto há uma liderança natural, definida, no encaminhamento, destas «frentes pioneiras»?

2) em que medida o povoamento de áreas agrícolas do Rio Grande do Sul influiu na estruturação das «empresas colonizadoras»?

3) até que ponto se pode constatar a validade da influência de determinados grupos econômicos ou elementos políticos ou, ainda, entidades religiosas ou confessionais, no processo de ocupação desse vasto território?

Para se ter a resposta válida a estas indagações de ordem histórica despontam, evidentemente, as necessidades de uma pesquisa conscienciosa e ordenada, estruturada e efetivada com bastante senso crítico, a fim de que se não percam elementos valiosos e não se desperdicem informações básicas para tal esclarecimento.



Blumenau em Cadernos

Fundação e direção de J. Ferreira da Silva
(Reg. Min. Trabalho nº. 2)

Declarada de utilidade pública pela lei Municipal nº 1895, de 15-12-72
Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina
— Assinatura por Tomo (12 números) Cr\$ 12,00

Caixa Postal, 425 - 89100 - BLUMENAU - Santa Catarina

OTTO STUTZER - 1836 - 1927

OTTO LACZYNSKI



A 3 de fevereiro de 1836, na pequena cidade Seesen, escondida entre as montanhas do Harz, no ducado de Braunschweig, Alemanha, nascia Otto Stutzer, filho do pastor evangélico Benjamin Stutzer e de sua esposa Elise, nata Berth.

Cursou a escola primária na sua cidade natal, continuando os estudos no ginásio da cidade de Wolfenbuettel. Aos 15 anos, resolvendo dedicar-se à economia e à agricultura, fez os seus anos de prática na quinta de Evesen, situada nas proximidades da cidade de Braunschweig. Findo os anos de prática na referida quinta, obteve um emprego como administrador economico no engenho de açúcar Bohmersleben, nas imediações de Magdeburg, emprêsa esta, que mantinha junto á sua fábrica de açúcar grandes cultu-

ras de beterraba.

Foi nessa época, no ano de 1855, que ele leu a pequena obra, publicada em Rudolfstadt por von Froebel, de autoria do Dr. Hermann Blumenau, «Colônia de Blumenau» cuja finalidade principal era interessar colonos para a recém-fundada colônia.

Conheceu Stutzer, nesta mesma época, o sobrinho do Dr. Blumenau Reinhold Gaertner, que desde 1850 havia estado na colônia Blumenau, tendo então voltado para a Alemanha como procurador de seu tio, afim de estimular e encaminhar a imigração. Entusiasmado pelas narrações de Gaertner, referentes as belezas de nossa terra, a fertilidade de nosso solo, tão propicio a lavoura, sobretudo as terras do vale do Itajaí, resolveu Otto Stutzer, com a permissão de seus pais, emigrar para o Brasil, isto é para a nova colônia de Blumenau.

Chegou a Itajaí a 10 de agosto de 1856, tendo então 20 anos de idade, onde teve contato com seu patricio Franz Sallentin, que havia

emigrado com a primeira leva em 1850 e que posteriormente estabeleceu-se em Barra do Rio, com um negócio e tratava da recepção dos novos emigrantes. Sallentien o aconselhou ficar por algum tempo na fazenda de Manoel Mafra, á margem esquerda do Itajaí Açu, para aprender o mais depressa a língua portuguesa.

Mais tarde transferiu-se para Blumenau, onde tomou a seu cargo o transporte das malas postais entre Blumenau e Itajaí, tarefa nem sempre fácil, pois o transporte era feito em canoa e a viagem durava 2 dias no mínimo, tornando-se difficilima em época de enchentes. Era auxiliado nesse serviço por um tal Schneider.

No dia 23 de agosto de 1860 casou-se com Tereza Bichels, filha de Heinrich e Johana Rebeka Bichels, moradores na Garcia, passando então trabalhar no Salto, na serraria e moinho do Dr. Blumenau. Sendo alguns anos mais tarde o moinho e a serraria destruidos por enchente, mudou-se com a família para Blumenau.

Em 1870 foi eleito Juiz de Paz da colônia de Blumenau.

Acompanhou em 1871 o engenheiro Emilio Odebrecht nas suas explorações pela região serrana, até Curitiba, afim de planejar a futura estrada entre Blumenau e o planalto, construção terminada em 1875.

Em 1881, assumiu o compromisso da reconstrução de uma parte da estrada, danificada com a grande enchente de agosto de 1880, que causou enormes prejuizos á colônia, atrazando a instalação do Município criado em 4 de fevereiro de 1880.

A 30 de julho de 1882 foi eleito conselheiro municipal. A solene abertura da Câmara Municipal realizou-se a 10 de janeiro de 1883. Foi conselheiro municipal de 1883 á 1890. De 1890 até 1894 exerceu as funções de procurador da Câmara, sendo eleito pelo povo 1º Superintendente, cargo que exerceu de 1895 á 1898.

Tendo passada a sangrenta Revolução Federalista de 1893/94 e voltada a paz, pude governar num clima de tranquilidade, fazendo uma boa administração com importantes realizações, destacando-se o inicio da construção da ponte do salto, obra que entretanto somente foi concluida em 1911. Já em 1895, para atender outras obras de certo vulto, foi autorizado á levantar um empréstimo interno da importância de Rs.10:000\$00 (dez contos de réis), com emissão de bonus em forma de cédulas nos valores de 100, 200 e 500 réis, que circulavam livremente no vasto Município.

Ao término do seu mandato, em novembro de 1898, candidatou-se a reeleição, sendo entretanto derrotado pelo Dr. José Bonifácio da Cunha, pela diferença de 31 votos (809 contra 778 votos). Na campanha eleitoral tiveram atuação destacada os jornais «Blumenauer Zeitung» em favor do Dr. Cunha e o «Urwaldsbote» em favor da candidatura Stutzer.

de ferro e fábrica de gelo; possuiu engenhos de serra, arroz e farinha distribuídos pelo município. Comerciante, teve um movimentado armazém e loja de fazendas e armarinhos, atuando no varejo e atacado. Tres veleiros em Itajaí faziam o transporte dos produtos de seus engenhos aos portos do Estado, de Paranaguá, Santos e Rio de Janeiro.

Uma coleção de fotografias de propriedade da Sociedade Amigos de Brusque mostra sua participação na sociedade local, notadamente no Clube dos Atiradores e em reuniões campestres em suas propriedades rurais.

A festa de seu patrono São João era sempre comemorada com a participação de grande parte da população.

Seu grande mérito, o que realmente o destaca na história brusquense, foi sua Usina elétrica montada em Guabiruba do Sul com o aproveitamento do salto da Planície Alta.

Com essa iniciativa lançou os fundamentos de novos tempos, impulsionando definitivamente a indústria têxtil de Brusque, na época representada por Carlos Renaux, Gustavo Schloesser, Edgar Buettner e Rodolfo Tietzmann e suas próprias indústrias.

Não pretendo, nesta crônica, entrar no mérito de um estudo sobre o desenvolvimento econômico brusquense porque me faltam condições para tanto. Outros o farão, um dia, certamente.

O presente trabalho atende o pedido do presidente da CELESC, sr. Osvaldo M. Douat feito ao meu Rotary Club.

Em 1911 João Bauer iniciou estudos para instalar energia elétrica em condições de movimentar as indústrias e o comércio, proporcionar iluminação pública e particular na então Vila de Brusque. Para tanto contratou os serviços de um engenheiro, Max Selinke, auxiliado por João Belli, Osvaldo Gleich e Guilherme Diegoli, objetivando aproveitar o salto de Planície Alta que conduziria suas águas ao grupo de turbinas e geradores instalado nas imediações.

Aprovado o estudo foi montada a Usina com dois conjuntos de turbinas e geradores com 135 KWA cada um, totalizando 270 KWA. Seguiu-se a linha de fios com 14 quilômetros com capacidade para transportar 5.000 volts até a estação distribuidora construída no início da rua das Carreiras. Na Villa os postes de ferro foram levantados nas ruas Barão de Ivinheira (Carlos Renaux), Carreiras, Conselheiro Willerding (Ruy Barbosa), Lauro Müller (parcial), Barão do Rio Branco (parcial) e 15 de Novembro.

Antes do Conselho Municipal conceder-lhe privilégio para instalar eletricidade na Vila (8 de junho de 1912 - Resolução nº 39), João Bauer tinha iniciado a montagem.

No dia 10 de agosto seguinte foi firmado o contrato assinando o documento Guilherme Krieger, Superintendente, e João Bauer, servindo de testemunhas Otávio de Oliveira e Godofredo Mosimann. O contrato, com 26 cláusulas, estabeleceu 30 anos de duração. (Livro de Contratos da Superintendência de Brusque - Arquivo da S. A. B.).

Em dezembro de 1912, com as obras em pleno andamento, João Bauer realizou um piquenique nas imediações da Represa no qual participaram mais de 250 convidados e a Banda Musical «Concórdia». Dava João Bauer um testemunho público de sua grande obra, em ambiente agradável e festivo.

Nos primeiros meses de 1913 com os postes já instalados nas citadas ruas, a título experimental, foram beneficiados os primeiros consumidores: o Famoso cinema do Willy Stracke, o salão e o hotel do Schönon Wilhelm sede do Clube 4 de Agosto, o salão dos Atiradores, algumas casas e a iluminação pública, parcial.

Finalmente, no dia 13 de novembro de 1913 foi inaugurada oficialmente a Usina hidroelétrica de João Bauer. Exatamente às 6,30 horas da tarde o superintendente Guilherme Krieger procedeu a ligação, iluminando um belo lustro instalado na Superintendência. Na oportunidade discursaram as seguintes personalidades: Dr. Bento Portela, Juiz de Direito; Vicente Schaefer, em nome do Superintendente; professor Trajano Margarida; padre Henrique Moeller, vigário, e o engenheiro Max Solinke. As Bandas «Concórdia» e «Liberdade» abrilhantaram a solenidade. Nesse mesmo dia, 13 de novembro, João Bauer festejava mais um aniversário de seu nascimento.

Apesar de sua avançada idade, João Bauer cuidou de sua Usina, durante 9 anos.

No início da década de 1920 a Usina não tinha mais condições suficientes para suprir a cidade e suas indústrias. Alguns contratemplos apareceram com as condições da represa e do canal condutor de água, assim como aspectos técnicos na rede.

Teve dissabores sérios inclusive uma ação penal que lhe moveu uma empresa que se sentiu prejudicada com a falta temporária de energia.

Não contando com pessoa ou pessoas que se interessassem na continuidade de suas organizações e principalmente de sua Usina, João Bauer resolveu negociá-la. Antes havia reduzido as atividades industriais e comerciais.

A transação consumou-se no dia 12 de agosto de 1922 com a Empresa Força e Luz Santa Catarina, sediada em Blumenau.

O termo de compromisso entre a Empresa representada no ato pelo sr. Cel. José Ramão Junqueira e Cel. Pedro C. Feddersen e a Superintendência Municipal de Brusque representada pelo substituto em exercício Carlos Gracher, entre outras cláusulas, obrigava a primeira parte a respeitar o contrato celebrado com João Bauer e a Superintendência em 10 de agosto de 1912 com relação ao fornecimento de energia elétrica a Brusque. Testemunharam o ato, João de Freitas e Adolfo Ulrich e como secretário Francisco Adolfo Otto.

A cidade pois, vai perder, em breve, seus velhos postes de ferro, testemunhas silenciosas da vida comercial, social, cívica e religiosa do povo brusquense por mais de meio século.

EMPRESA INDUSTRIAL

Garcia S.A.

BLUMENAU - ESTADO DE SANTA CATARINA
Escritório e Fábrica: Rua Amazonas, 4906 — Garcia
Endereço Telegráfico: «GARCIA» - Caixa Postal, 22

Fiação e Tecelagem de Algodão

FIOS DE ALGODÃO DE SUPERIOR QUALIDADE
TOALHAS FELPUDAS DE ROSTO E BANHO
TOALHAS DE MESA - PANO DE COPA

LENÇOS - ROUPÕES, ETC. — ATOALHADOS
CRETONES E OUTROS TECIDOS

Companhia Industrial Schlösser S/A.

Av. Getúlio Vargas, 151 - C. Postal, 17 - Fone, 1178
BRUSQUE — SC



F A B R I C A M:

Fios de Algodão,

Brins,

Tecidos lisos,

Xadrêses,

Jacquard de algodão,

Toalhas felpudas de banho,

Rosto e panos de copa.

(Impresso na Tipografia Centenário de Timbó Ltda).